



USP ESALQ – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Veículo: A Tribuna Piracicabana

Data: 20/06/2008

Caderno/ Páginas: -/A6

Assunto: Agricultura familiar esbarra na burocracia

Agricultura familiar esbarra na burocracia

Presidente da Federação dos Agricultores aponta falta de assistência técnica e burocracia dos bancos para setor alavancar

Dois pontos ganharam destaque no 5º Encontro Regional da Agricultura Familiar, realizado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp), no Anfiteatro de Engenharia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq): a dificuldade para o pequeno produtor conseguir crédito no Banco do Brasil e a falta de assistência técnica para a agricultura familiar no estado. “Os bancos não gostam de pobre. Essa é a verdade. É mais fácil um grande produtor emprestar milhões do que um pequeno superar a burocracia das instituições financeiras”, dispa-

rou Braz Agostinho Albertini, presidente da Fetaesp. Ele também não deixou barato para a atuação da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), ligada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento. “Os técnicos não têm nem gasolina para por no carro e participar de um encontro como este. Imagine para atender o produtor no campo. No meu entender, essa é uma demonstração clara de que o governo do estado não tem o menor interesse pela agricultura familiar”.

Mas não é por falta de recursos que a agricultura familiar está em crise. O Programa

Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) tem disponível R\$ 13 bi para o ano. Recurso administrado pelo Branco do Brasil. Só que não existe uma política adequada de apoio técnico ao produtor. “O recurso para suporte técnico não passa de R\$ 300 milhões. É muito pouco. Gostaríamos que esse montante atingisse pelo menos 10% do valor administrado pelo Pronaf. No plano estadual, o recurso é zero”, afirma Albertini.

Por causa da falta de assistência técnica, mesmo os pequenos produtores que conseguem o recurso que precisam, acabam

endividados e sem condições de colocar um produto de qualidade no mercado. Na opinião de Albertini, é fundamental um trabalho técnico do governo estadual para ajudar na organização dessa produção, “na escolha da melhor semente, no manejo da terra, no escoamento”. Essas questões foram discutidas com especialistas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), da Secretaria Executiva do Pronaf São Paulo, com o gerente de varejo do Banco do Brasil, Pedro Paulo Câmara da Silva, com representantes de prefeituras municipais de várias cidades, além

de técnicos da CATI e produtores. Só no estado são 210 mil famílias de agricultores familiares. No Brasil, a agricultura familiar é responsável por 10% do PIB, algo em torno de R\$ 160 bilhões. Um dos projetos que Albertini apresentou para sair dessa crise foi o Selo de Identificação dos Produtos produzidos pela Agricultura Familiar Paulista, o que exigiria um reposicionamento de todas as entidades envolvidas no processo para otimizar o setor.

“A situação está tão desanimadora que estou pensando em juntar uma centena de produtores para fazer barulho na fren-

te da Secretaria de Agricultura. Só assim para chamar a atenção do governador”, provocou o presidente da Fetaesp. Além de todos os problemas apresentados, ele quer despertar a atenção para a importância do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural sustentável, que seria um braço estratégico na elaboração de uma política adequada que coordene a produção agrícola. “Por falta desse conselho, São Paulo só perde. O conselho está formado desde 2006, mas por falta de uma assinatura de José Serra ele não sai do papel”, concluiu.